



ABAIARA

CÂMARA MUNICIPAL

Ofício nº 015/2017

Abaiara Ce 16 de Junho de 2017.

Assunto : **RECOMENDAÇÃO Nº 02/2017**
(Inquérito Civil Público nº 40/2015)

Excelentíssimo Sr. Dr. Promotor de Justiça

Em resposta a vossa solicitação de recomendação nº 02/2017 (**Inquerito Civil Público nº 40/2015**) deste conceituado órgão do MPCE, informamos que o Poder Legislativo Municipal de Abaiara, como órgão fiscalizador, ficará atento para que seja cumprida todas as exigências contidas nela, fiscalizando, divulgando levando ao conhecimento da população e em especial, cobrando do Executivo Municipal de Abaiara, a execução de todas as tarefas contidas nesta recomendação.

Informamos ainda, que fixamos o referido ato em flanelógrafo e mural do Poder Legislativo Municipal e será encaminhado para publicação no site da Câmara Municipal de Abaiara.

Sem mais para o momento subscrevo-me com estima e alta consideração.

Atenciosamente,



José Tavares de Lucena
PRESIDENTE

Ilmo Sr.

Dr. SAUL CARDOSO ONOFRE DE ALENCAR
Promotor de Justiça da Comarca de Abaiara Ceará
Abaiara Ceará.



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

RECOMENDAÇÃO nº 02/2017

Inquérito Civil Público nº 40/2015

O **PROMOTOR DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ABAIARA**, no exercício de suas atribuições legais e constitucionais, conferidas pelo artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal de 1988, pelo artigo 26, I, da Lei Nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e pelo artigo 114, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/2008 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público), e ainda,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e eficiência administrativas, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, na forma dos artigos 127, *caput*, e 129, III da Constituição da República (CR); artigo 25, IV, "a", da Lei n.º 8.625/93, e do artigo 114, IV, a e b, da Lei Complementar Estadual n.º 72/2008;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público expedir recomendações visando à proteção de interesses difusos e coletivos, bem como ao respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis (LC N.º 73/95, artigo 6º, e Lei N.º 8.625/93, artigo 80);

CONSIDERANDO que o artigo 23, § 1º da Lei Ordinária Federal nº. 8.666/1993 estabelece, como regra, a divisão da licitação em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, como forma de ampliar a competitividade do certame;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 27, inciso II, e 30, inciso II da Lei Ordinária Federal nº. 8.666/1993, referentes à comprovação da qualificação técnica das empresas licitantes;

Rubrica
02/06/2017
[Assinatura]



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

CONSIDERANDO que o artigo 72 da Lei Ordinária Federal nº. 8.666/1993 autoriza apenas a subcontratação de partes do objeto do contrato, até o limite admitido pela Administração no edital de licitação;

CONSIDERANDO as disposições do Código de Trânsito Brasileiro (Lei Ordinária Federal nº. 9.503/1997) em seus artigos 105 e 136 a 139, que tratam do transporte escolar e dos requisitos de segurança dos veículos;

CONSIDERANDO o fato de que os serviços de transporte escolar, no interior do Estado, são prestados, na maioria dos municípios, em veículos que não fornecem a segurança necessária para o transporte de pessoas, bem como que os motoristas não possuem a habilitação necessária;

CONSIDERANDO que os veículos adquiridos por meio do Programa Caminho da Escola deverão ser utilizados prioritariamente na zona rural, conforme Resolução nº 45/2013 - FNDE;

CONSIDERANDO os recorrentes casos de acidentes envolvendo veículos utilizados para o transporte escolar de alunos da rede pública de ensino, inclusive com ocorrência de fatalidades;

CONSIDERANDO a recorrente prática pelas empresas contratadas, no interior do Estado, de subcontratação total ou de parcela significativa dos serviços de transporte escolar, o que descaracteriza o procedimento licitatório;

CONSIDERANDO as fraudes que ocorrem comumente na execução de serviços de transporte escolar, relativas às rotas fantasmas e majoradas;

RECOMENDA o Ministério Público do Estado do Ceará, por meio do órgão de execução subscrito, ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal (ou quem lhe substituir ou suceder no cargo):

a) **VERIFICAR** se o(s) licitante(s) e contratante(s) possui(em):

a.1) motoristas que preencham todos os requisitos legais de habilitação (art. 138 do CTB);

a.2) veículos adequados (arts. 105, inc. II, 136 e 137 do CTB) e em número suficiente para execução do contrato, sendo a locação admitida em casos excepcionais, devidamente justificados;

b) **REALIZAR** o cálculo correto das distâncias entre as localidades de residência dos alunos e as instituições de ensino;

c) APENAS REALIZAR a subcontratação do objeto em situações excepcionais, nunca de forma integral ou de parcela mais significativa da licitação, e desde que o município justifique pormenorizadamente, em documento que deve integrar o edital do procedimento licitatório e devidamente aprovado pelo Prefeito Municipal, as razões técnicas e econômicas para permitir a subcontratação – justificativa esta que deve ocorrer em relação a cada rota cuja subcontratação seja admitida;

d) **APENAS AUTORIZAR** a subcontratação parcial do objeto, devendo essa se efetivar mediante contrato e somente após verificado o atendimento pela subcontratada de todas as condições de habilitação constantes do edital e impostas às concorrentes que participaram do evento;



e) **ADOTAR** medidas administrativas, visando à rescisão contratual, na forma dos artigos 78, inciso VI, e 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/1993, no caso de subcontratação total ou de parcela mais significativa da licitação, bem como nos casos subcontratação de serviços vedados no edital ou no contrato.

f) **FISCALIZAR** toda a execução do contrato, para assegurar que sejam cumpridas as exigências legais referentes à execução do serviço de transporte escolar, **nomeando-se, desde já, fiscal do contrato com capacidade técnica compatível com o múnus;**

g) **FISCALIZAR**, por meio de controle diário, o horário do último desembarque realizado pelo motorista de cada rota na ida, bem como o embarque no retorno dos alunos, garantindo que ele assine a folha de ponto, com a expressa menção ao horário;

Ressalto que a inobservância da presente Recomendação acarretará a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, pelo Ministério Público, inclusive, **o ajuizamento da pertinente Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa** em face de V. Exa.

Outrossim, na forma do artigo 27, parágrafo único, inciso IV, segunda parte, da Lei nº 8.625/93, sob penas da legislação, o Ministério Público, por meio do Promotor de Justiça ao final assinado, **REQUISITA** que no **prazo de 10 (dez) dias**, seja encaminhada à sede da Promotoria de Justiça de Abaiara, **resposta, por escrito**, com observações expressas quanto ao recebimento, publicidade e posicionamento futuro a ser adotado frente a seu conteúdo.

Além disso, requisita seja dada ampla e imediata divulgação da presente recomendação pelo sítio eletrônico do Município, pelos perfis oficiais em redes sociais e por afixação no átrio de todas as repartições do Poder Executivo Municipal.



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

Registre-se, encaminhando-se cópia da presente **RECOMENDAÇÃO** ao Prefeito Municipal de Abaiara, à Câmara Municipal, ao Magistrado Titular da Comarca Vinculada de Abaiara, a fim de que seja afixada esta Recomendação no átrio do Fórum, bem como às emissoras de rádio existente neste Município para fins de divulgação ao público em geral.

Abaiara/CE, 22 de maio de 2017.

SAUL CARDOSO ONOFRE DE ALENCAR
Promotor de Justiça

*Respondido
em 30/06/2017
16/06/2017*